

[Imprimir](#)[Secretário que responde](#)

O Secretário de Planejamento do Estado, José Arlindo Soares, rebateu os números apresentados por Marcelo Côrtes Neri, da Fundação Getúlio Vargas, sobre a taxa de indigência em Pernambuco. Arlindo afirmou que não se trata de questionar o valor da pesquisa e, sim, de comparar os dados da FGV com os de outras entidades, como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). "O Ipea, por exemplo, mostra que existem 35% de indigentes em Pernambuco, ao invés dos 50% apresentados pela FGV", disse. "Mas a nossa intenção é agregar dados para poder traçar políticas ainda mais eficientes".

O secretário informou que o estudo da Fundação contempla o período de 1996 a 1999 e que muita coisa mudou até os dias atuais. "Os sistemas de renda mínima implantados nesse período, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Programa de Combate à Pobreza Rural, entre outros, já fizeram com que 300 mil pessoas pulassem essa linha da miséria total", afirmou.

PROGRAMAS - Arlindo lembrou que em 1998 havia apenas 30 mil bolsas para o Peti e que hoje o número é de 115 mil. Com relação ao Programa de Combate à Pobreza Rural, o secretário disse que encontrou 80 mil vagas e que o governo conseguiu abrir mais 120 mil.

Segundo ele, existem outros programas de renda mínima prontos para sair do forno, como o caso do Preparando Para o Primeiro Emprego. Serão 2 mil vagas para jovens que pretendem se qualificar para o mercado de trabalho, com bolsa de R\$ 60. Para o secretário, um provável erro de metodologia na pesquisa da Fundação Getúlio Vargas foi não levar em conta o impacto da economia informal no Estado. "Esse é um setor que no Nordeste responde por grande parte da geração de renda da população", completou.